

130
out

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

ATA 12/85

Em vinte e um dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e cinco, às oito horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Pró-Reitoria de Extensão, realizou-se uma reunião do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE -, convocada e presidida pelo Prof. Léo Zilberknop, Vice-Reitor desta Instituição. Estavam presentes os seguintes conselheiros: Prof. Paulo Domingos Mieres Caruso, Profa. Luísa Helena Falkenberg Rausch, Prof. Rubens Bellora, Prof. Élio Kersten, Prof. Silvio Brauch, Profa. Antonina Zuleka D'Avila Paixão e o Acadêmico Norberto Luis Giovanaz. Deixaram de comparecer os Profs. Renato Luiz Melo Varoto, Cláudio Borba Gomes e o Acadêmico Julio Cesar Saleker.

ITEM I - ORDEM DO DIA - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR - Colocada em discussão, foi a mesma aprovada por unanimidade.

2. PROCESSO Nº 23110.004171/85-10 - FACULDADE DE MEDICINA - O Senhor Presidente relatou o processo. Disse que o Coordenador do Colegiado de Curso de Medicina encaminhou ofício ao Presidente do COCEPE, dizendo que em reunião do Colegiado desta Unidade foi aprovado por unanimidade a criação de duas disciplinas a serem inseridas no currículo pleno da Faculdade de Medicina, ou seja a disciplina de TÉCNICAS BÁSICAS DE ENFERMAGEM, com carga horária de 45 horas e dois créditos a ser oferecidas aos alunos de 6º semestre; CLÍNICA AMBULATORIAL DE ADULTOS para alunos do 9º semestre, com carga horária prática de 150 horas, isto é, 5 créditos práticos. Anexado ao ofício programa da disciplina de Técnicas Básicas (fls. 03/04). No tocante a disciplina de Clínica Ambulatorial de Adultos já existe como atividade nos mesmos moldes agora proposto, e é desenhada há alguns anos com o mesmo número de créditos e carga horária, só que fazia, parte da disciplina de Patologia de Órgãos e Sistemas III, cujo conteúdo teórico foi suprimido, ficando a atividade prática ambulatorial desvinculada de qualquer disciplina. Em seu parecer a Comissão de Graduação do COCEPE concorda com a criação das disciplinas de Técnicas Básicas de Enfermagem. Quanto a disciplina de Clínica Ambulatorial de Adultos pede a anexação do plano de ensino. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Graduação do COCEPE, foi o mesmo aprovado.

3. PROCESSO Nº 23110.005084/85-52 - PROFA. MARIA DA GRAÇA ALCANTARA BROD - Prorrogação de afastamento - O Senhor Presidente disse que a requerente encaminha ofício onde solicita sua prorrogação de afastamento, para concluir sua tese. O pedido foi aprovado "ad referendum" do Departamento. O Escritório de Pós-Graduação anexou os dados necessários para instruir o processo, e em seu despacho a Presidente da Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação diz que atendido o disposto no art. 4º e 7º das Normas para afastamento de Docentes, e ainda, considerando a aprovação do Departamento de origem da requerente, os pareceres favoráveis à prorrogação solicitada. Colocado em discussão o

131
Cul

parecer exarado pelo Presidente da Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, foi o mesmo aprovado. 5. PROCESSO Nº 23110.0001022/'85-53 - FACULDADE DE VETERINÁRIA - Prof. Franklin Riet Correa Amaral - Solicita o requerente enquadramento como Professor Visitante na carreira de magistério superior. O requerente encaminha ofício ao Magnífico Reitor (fls.01/02), onde solicita que seja estudado o seu enquadramento no Quadro Permanente da Universidade, considerando como solução satisfatória o enquadramento, que poderá ser através de Concurso. Anexa ao presente cópias dos ofícios de nºs 045/82 e 013/84 (fls.03/08), como também anexa cópia do curriculum vitae (fls. 13/36). No processo à fls. 37 há o parecer da Procuradoria Jurídica com referência aos processos anteriores, de nºs 23110.001212/85-99 e 23110.001022/85-23, que diz o seguinte: Pleiteiam os docentes - em epígrafe, professores visitantes desta IES, seu enquadramento na carreira de magistério superior na classe de Professor Titular, uma vez que, atualmente percebem vencimentos equivalentes a essa categoria, e tiveram seus contratos renovados por prazo indeterminado, em 08.08.1979 e 01.01.1980 respectivamente. É uma questão sem dúvida delicada, e que precisa ser analisada além dos cânones do Direito do Trabalho, uma vez que as relações de emprego na Universidade, mormente as de professor, revestem-se de circunstâncias especiais. Rege a carreira do magistério superior na Instituição a Resolução nº 05/80, inspirada no Decreto nº 85.487, de 11 de dezembro de 1980. E é determinada expressa devam os professores visitantes ser contratados por prazo determinado. Não foge a esse espírito a Resolução nº 05/83, que possibilita a renovação de contrato de professor visitante. A determinação de prazo contratual deve-se à própria natureza da condição de professor visitante, não integrante da carreira de magistério. A legislação vigente à época das renovações em tela já regulava dessa forma o assunto (art. 14 da Lei nº 6.182, de 11 de dezembro de 1974). Não poderia, pois, à luz da legislação supracitada, terem tido os requerentes seus contratos renovados por prazo indeterminado. E do erro não podem reivindicar direitos, sendo facultado à Administração rever seus atos. A única forma legal de ingresso na carreira de magistério superior é o concurso de provas e títulos. Deverão, pois, os requerentes submeter-se ao concurso para provimento de cargo de professor auxiliar, conforme decisão do COCEPE, o que, na prática, não chegará a lhes causar prejuízo, já que a titulação que possuem lhes propiciará progressão imediata, nos termos da Resolução nº 05/80. Posteriormente o processo foi remetido ao requerente, para que o mesmo tomasse conhecimento do parecer exarado pela Procuradoria Jurídica. O requerente manifestou-se tendo lido o parecer da Procuradoria Jurídica, cabe salientar que não concorda com o mesmo, concretamente com o último parágrafo que diz: "o que, na prática, não lhes chegará a causar prejuízo, já que a titulação que possuem lhes propiciará progressão imediata nos termos da Resolução nº 05/80". Isto não se ajusta a realidade, já que segundo a Resolução nº 05/80, e considerando a minha titulação, uma vez realizado o concurso, eu passaria a categoria de Professor Assistente. Como na atualidade estou recebendo como Professor Titular, isto obviamente me causaria prejuízo econômicos consideráveis. Por outro lado, no

132
Cuk

O penúltimo parágrafo do mencionado parecer, diz que a única forma legal de ingresso na Carreira do Magistério Superior é o concurso de provas e títulos; porém, segundo a Resolução 05/80, o ingresso por concurso pode ser a qualquer nível (Professor Assistente, - Adjunto ou Titular) e não necessariamente a nível de professor Auxiliar, como é proposto no último parágrafo. Em vista da manifestação do requerente o Magnífico Reitor encaminhou o processo ao Procurador Geral da Universidade, que exarou o seguinte parecer: 'Não sei qual o princípio que está orientando o preenchimento das vagas abertas na carreira do magistério decorrentes dos afastamentos por aposentadoria, falecimento etc. Mas, tenho para mim, outro não pode ser que não aquele que garante a permanência da vaga na mesma classe, pois, se assim não for, se as vagas voltarem ao início da carreira, jamais haverá na Universidade concurso destinado ao preenchimento dos empregos de Prof. Adjunto ou Prof. Titular, por exemplo, o que se constitui em iniquidade maior da marinha. Concordo que, pela titulação que o professor detém, poderá - ele se submeter ao concurso para preenchimento deste ou daquele emprego. Não necessariamente para Professor Auxiliar. Não fora assim e o Regimento não cuidaria de disciplinar aqueles concursos.' Mas, também, não é menos certo, o enquadramento dos professores - visitantes - como sempre afirmei -, pela regular permanência deles no País, poderá ser feita via concurso, ao qual poderão inscrever-se aqueles que preencherem as condições exigidas no respectivo Edital. Por isso que, se me afigura fundamental e sempre me debati por isso - a fixação da lotação ideal por classes a fim de saber a Instituição, concretamente, onde há vagas e, também, - a necessidade de docentes em cada uma daquelas classes. Se o professor interessado possuir titulação que o habilite a inscrever-se para concurso em qualquer classe do magistério, me parece, vingando a tese que esbosei estaria superada a questão relativa ao prejuízo econômico a que alude e, também, resolvida, definitivamente, a situação dos professores visitantes. O processo - foi encaminhado ao Magnífico Reitor, que em 03.06.85 despachou ao Vice-Reitor, para colher do COCEPE a manifestação cabível sobre o assunto. O Senhor Presidente colocou o assunto em discussão entre os Conselheiros. A matéria em pauta foi amplamente discutida. Ficou decidido que o COCEPE referendou o parecer da Procuradoria Jurídica, que permitirá a este professor concursar em qualquer nível da carreira do magistério, desde que apresente titulação que o habilite a inscrição, de acordo com o Edital e Regimento da Universidade. 6. PROCESSO Nº 23110.002193/85-81 - ANA ANDREOLA BEBER - Situação Funcional - Encaminha ofício ao Magnífico Reitor a fim de que seja oficializado o seu pedido de regularização de sua situação funcional, como professora da Universidade Federal de Pelotas. Diz ainda a requerente que atualmente é professora auxiliar - lotada na Pró-Reitoria de Extensão e cedida a Fundação Projeto - na função de Coordenadora da Área da Região Sul, desde - janeiro de 1980. A requerente de acordo com sua formação gostaria de ser aproveitada num Departamento como Ciências da Educação, - Ciências Sociais e Ciências Humanas. O processo em pauta baixou - diligência para que os departamentos suscitados pela requerente fossem ouvidos. Manifestaram opiniões unânimes os Departamentos de Ensino e Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação, Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do Instituto de

138
JUL

ciências Humanas e Departamento de Sociologia e Política do Instituto de Sociologia e Política, todos pelo indeferimento do pedido solicitado pela requerente, justificados que a norma para ingresso de professores na Universidade é através de Concurso. As manifestações dos Departamentos foram devidamente homologadas pelos seus respectivos Conselhos Departamentais. Em vista do exposto, o Magnífico Reitor solicita manifestação deste Egrégio Conselho. A sustentação da requerente foi discutida pelo COCEPE, que homologou os pareceres exarados pelos Conselhos Departamentais e Colegiado de Curso das Unidades envolvidas. 7. PROCESSO Nº 23110.004718/85-12 - FACULDADE DE ENFERMAGEM E OBSTETRÍCIA - Projeto de Extensão - Senhor Presidente disse que o presente processo tem sua origem no Departamento de Enfermagem cujo título é Assistência de Enfermagem à Gestante no Serviço Pré-Natal do Centro de Saúde nº 5, da Cidade de Pelotas, tendo como objetivo manter e ampliar a cobertura das ações de enfermagem às gestantes atendidas no Serviço Pré-Natal, do Centro de Saúde nº 5, da Cidade de Pelotas. A Comissão de Extensão é de parecer favorável à elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer exarado pela Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. 8. PROCESSO Nº 23110.004722/85-81 - FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - Projeto de Extensão - Encaminha o Departamento de Tecnologia da Construção da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, projeto de Extensão denominado de Apoio ao Escritório de Planejamento Físico da Universidade Federal de Pelotas, que tem como objetivo dar apoio técnico na área de Engenharia Civil e Arquitetura. A Comissão de Extensão é favorável à elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. 9. PROCESSO Nº 23110.004723/85-44 - FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - Projeto de Extensão - Encaminha o Departamento de Tecnologia da Construção projeto de Extensão, denominado de Assistência Técnica à Prefeitura Municipal de Pedro Osório, na Elaboração de seu Plano Diretor e em Projetos de Desenvolvimento Urbano. Os objetivos é assessorar a Equipe Técnica da Prefeitura de Pedro Osório nas questões de desenvolvimento urbano do Município, especialmente na elaboração de seu Plano Diretor. A Comissão de Extensão é favorável à elaboração do Projeto. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. 10. PROCESSO Nº 23110.005247/85-15 - Projeto de Extensão - Departamento de Fisiologia e Farmacologia - Envia projeto de Extensão denominado de Encontro de Ciências Fisiológicas da Sociedade de Fisiologia de Rio Grande do Sul, que tem como objetivo propiciar o encontro e intercâmbio entre Docentes, Pesquisadores e Estudantes, com a finalidade de aprimoramento científico e troca de experiências no âmbito das Ciências Fisiológicas. A Comissão de Extensão, exarou parecer favorável à elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer exarado pela Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. 11. PROCESSO Nº 23110.005769/85-81 - INSTITUTO DE LETRAS E ARTES - Projeto de Extensão - O Departamento de Música e Artes Cênicas do Instituto de Letras e Artes encaminha projeto de extensão denominado Improvisação Teatral, que tem como objetivo propiciar a aquisição dos elementos básicos de linguagem teatral. A Comissão de Extensão é favorável à elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer emitido pela Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. 12. PROCESSO Nº 23110.005425/85-71 - CURSO DE

134
JUL

NUTRIÇÃO - Projeto de Extensão - Encaminha o Curso de Nutrição -
projeto de Extensão denominado de Atendimento dietético à nível
ambulatorial, que tem como objetivo prestar atendimento dietético
rápido no ambulatório geral da Faculdade de Medicina, contribuindo
para a melhoria dos padrões de saúde da comunidade atendida e
também para o desenvolvimento profissional dos alunos do Curso -
de Nutrição, nesta área, bem como proporcionando vivência prática
para professores, levando para sala de aula a nossa realidade. A
Comissão de Extensão manifestou-se em seu parecer favorável a
execução do projeto. Colocado em discussão o parecer exarado pe-
la Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. 13. PROCESSO Nº
23110.005817/85-21 - PRÓ-REITORIA ACADEMICA E DE ASSISTÊNCIA -
Projeto de Extensão - Retirado da pauta. 14. PROCESSO Nº
23110.004716/85-89 - FACULDADE DE ENFERMAGEM E OBSTETRÍCIA - Pro-
jeito de Extensão - O Departamento de Enfermagem encaminha proje-
to de Extensão denominado de Apoio à Comunidade na promoção da
saúde, que tem como objetivo gerais: Oferecer à Comunidade conhe-
cimento científico de Enfermagem com enfoque no auto cuidado, vi-
sando a formação da saúde. Treinar em cursos informais agentes pa-
ra atendimentos primários a comunidade. Desenvolver junto a
indústria da comunidade, programas educacionais com ênfase na
saúde do trabalhador. Difundir noções básicas sobre os hábitos de
higiene e saneamento básico. Oferecer programas educacionais, -
informais de curta duração orientados para a saúde familiar, espe-
cificamente: desenvolvimento psico-sexual, anticoncepção, preven-
ção de câncer feminino, prevenção e tratamento de doenças sexual-
mente transmitidas. Específicos: Treinar em cursos informais agen-
tes para o atendimento primário à comunidade. Desenvolver junto
a comunidade. A Comissão de Extensão exarou parecer favorável à
elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer exarado -
pela Comissão de Extensão, foi o mesmo debatido entre os Conse-
heiros presentes, chegando os mesmos a um consenso que o proces-
so oriundo da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia, denominado -
Apoio à Comunidade na Promoção da Saúde, baixe em diligência à
Faculdade para que seja melhor fixados os objetivos gerais espe-
cíficos, inclusive o cronograma de execução do projeto, em função
da greve. 15. PROCESSO Nº 23110.004719/85-77 - FACULDADE DE ENFER-
MAGEM E OBSTETRÍCIA - Projeto de Extensão - O Departamento de En-
fermagem encaminha projeto de Extensão denominado de Projeto de
Atuação do Departamento de Enfermagem nas Comunidades periféricas
(Areal, Fragata e Jardim América), cujos objetivos é promover a
integração da Universidade Federal de Pelotas nas comunidades pe-
riféricas, através dos docentes do Departamento de Enfermagem, im-
plantando e mantendo serviços de Enfermagem a nível de Saúde Pú-
blica. A Comissão de Extensão é favorável ao projeto. Colocado em
discussão o parecer da Comissão de Extensão, foi o mesmo aprova-
do. 16. PROCESSO Nº 23110.004717/85-41 - FACULDADE DE ENFERMAGEM E
OBSTETRÍCIA - Projeto de Extensão - O Departamento de Enferma-
gem encaminha projeto de extensão denominado Atuação da Enferma-
gem no aumento de Cobertura da Área Hospitalar que tem como obje-
tivo aumentar a cobertura das Ações do Hospital Escola da Univer-
sidade Federal de Pelotas; da Santa Casa de Misericórdia; do Sana-
tório Espírita de Pelotas; do Hospital Universitário da Universi-
dade Católica de Pelotas; através da ampliação destas ações; im-
plementação da Educação Sanitária; da formação de recursos huma-



125
Jed

... e da pesquisa. A Comissão de Extensão é favorável a elaboração do projeto. Colocado em discussão o parecer exarado pela Comissão de Extensão, foi o mesmo aprovado. 17. PROCESSO Nº 13110.001987/85-18 - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA - SUPERIOR - ABEAS - Emissão de Certificados pela Universidade Federal de Pelotas - O Senhor Presidente solicitou que a Conselheira Luísa Helena Falkenberg Rausch fizesse o relato do processo. Disse inicialmente a Conselheira, que o Presidente da ABEAS encaminhou ofício ao Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, no seguinte teor: Valemo-nos do presente para informá-lo que esta associação está promovendo no corrente ano o Curso de Sementes, - por tutoria à distância; este tipo de curso, de pós-graduação não convencional, tem tido grande sucesso na área agrícola, tendo sido promovidos pela ABEAS, com apoio da CAPES/MEC. Até o ano de 1983, a CAPES, apoiada pelo parecer nº 891/80 assinava, com valor legal, os certificados destes cursos. Atualmente, como o citado parecer, já não se encontra mais em vigor, a legalidade destes cursos só pode ser alcançada através de uma Universidade. O curso em questão, de 420 horas, está sendo administrado pela ABEAS, que se assegura de mantê-lo em alto nível, como pode ser comprovado - pela categoria de seus professores, todos de pós-graduação na área ou das empresas de pesquisa além de suas avaliações, que se dão formais e individuais, aplicadas pelos professores e por um membro da ABEAS, nos dois encontros anuais promovidos ao longo do ano de 1985. Para a montagem inicial do curso, tivemos o apoio do CETREISEM, quando o Prof. Flávio Rocha, nos indicou o Dr. Clóvis Petzel, que nos deu inestimável assessoria na montagem dos termos de escolha dos professores, cuja relação de nomes está presente no cronograma do curso, em anexo. Pelo exposto, venho consultar à V.Sa., sobre a possibilidade da Universidade Federal de Pelotas, em conjunto com a ABEAS, expedirem o certificado de especialização para os alunos que forem aprovados no Curso de Sementes. Para facilitar qualquer tomada de posição por parte de V.Sa., estamos anexando a este, alguns documentos que poderão ser úteis: 1 - Folheto explicativo sobre o curso que contém também o nome dos tutores e o programa. 2 - Cópia da carta enviada aos alunos no início do curso contendo todas as informações sobre o mesmo. 3 - Relação de todos os alunos matriculados no curso, e 4 - Cópia do módulo 1 enviado aos alunos. Na esperança de podermos contar com a valiosa atenção, esta associação se coloca a sua inteira disposição, e aguardando qualquer manifestação a respeito desde já anticipa os melhores agradecimentos. Em seu relato disse a Conselheira que o processo tem um parecer do CETREISEM que diz que: - Considerando que o Curso de Sementes por tutoria à distância foi bastante bem estruturado quanto ao programa; considerando que a equipe de tutores foi constituída por especialistas dos mais capacitados; considerando que o Curso vem sendo conduzido pela ABEAS, com o apoio da CAPES; O CETREISEM manifesta-se favorável a expedição de certificado por parte da Universidade Federal de Pelotas - aos participantes aprovados, desde que a ABEAS, de final de Curso, remeta a Universidade Federal de Pelotas cópia de toda a documentação; lista de participantes, avaliações, módulos, etc. O CETREISEM espera que no refetar-se por ventura o Curso, a UFPEL/CETREISEM venha a participar efetivamente na sua condução e coordenação. Posteriormente a este parecer o processo foi enviado a

Los Vinte e dois dias do mês de novembro de 1985


136
CML

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, que baixou o processo a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, para que fosse ouvido o Conselho Departamental dessa Unidade que se manifestou, dizendo - que tendo em vista a participação do CETREISEM na montagem inicial do Curso de Aperfeiçoamento em Sementes Tutoria a Distância, - por tratar-se de uma área de concentração (Sementes) do Curso de Pós-Graduação em Agronomia e considerando as manifestações dos Senhores Chefe e Diretor Geral, respectivamente do DFT e CETREI-SEM é nosso entendimento, salvo melhor juízo, o que segue: - a Coordenação dos próximos Cursos de Aperfeiçoamento deverá ficar a cargo do Curso de Pós-Graduação em Agronomia; - o controle acadêmico e a realização das avaliações será da responsabilidade dos professores da área de concentração anteriormente mencionada; - a expedição de Certificados ficará a cargo da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, observadas as normas ora vigentes ou com alterações que venham a ser introduzidas nas mesmas; - casos os casos anteriores não sejam observados, que a UFPEL se negue a emprestar seu nome para a validação dos certificados emitidos para o Curso ora em andamento. Finalizando a Conselheira disse que a Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação exarou o seguinte parecer: a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS) está promovendo, com o apoio da CAPES, um Curso de Sementes a nível de especialização, por tutoria a distância. O referido Curso possui uma carga horária de 420 horas, sendo ministrados por professores capacitados. Outros cursos semelhantes já foram oferecidos pela ABEAS, sendo que a CAPES emitia os certificados. Entretanto, pela atual legislação, somente podem emitir tais certificados as universidades credenciadas. Face ao exposto, a ABEAS consulta sobre a possibilidade da UFPEL expedir os respectivos certificados, sendo encaminhado a solicitação através da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Por tratar-se de assunto relacionado a pós-graduação, a FAEM encaminhou o processo à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Como existe dentro do Curso de Pós-Graduação em Agronomia uma área de concentração em Tecnologia de Sementes foi solicitada à Coordenação do Curso, bem como ao Departamento envolvido, no caso Departamento de Fitotecnia, parecer sobre o assunto. O Departamento de Fitotecnia, antes de pronunciar-se solicitou manifestação do CETREISEM. Tanto o CETREISEM, como o Departamento de Fitotecnia, manifestaram-se favoravelmente à solicitação, desde que atendidas algumas exigências. Da mesma forma manifestou-se o Conselho Departamental da FAEM. Tendo em vista as manifestações citadas, a Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação do COCEPE, emite o seguinte parecer: 1 - para o Curso em questão, a UFPEL forneça os certificados de conclusão; 2 - toda a documentação relativa ao controle acadêmico seja encaminhado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; 3 - que os futuros Cursos que a ABEAS pretenda promover, seja mantido um contato inicial com a UFPEL, para que a Coordenação dos mesmos fique a cargo do Curso de Pós-Graduação em Agronomia. Colocado em discussão o parecer - aprovado pela Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, foi o mesmo - aprovado. O Senhor Presidente deu por suspensa a reunião, às doze horas, ficando a reunião com sua continuidade marcada para sexta-feira, dia 22.11.85, às oito horas e trinta minutos, agradecendo a presença de todos. REUNIÃO DO COCEPE EM CONTINUIDADE A DIA 22.11.85 - Aos vinte e dois dias do mês de novembro de mil nove

137
Cen

centos e oitenta e cinco, às oito horas e trinta minutos, o
Senhor Presidente deu início a sessão. 18. PROCESSO Nº
23110.005547/85-59 - PROF. FRANCISCO AUGUSTO B. DEL PINO - Prorro-
gação de afastamento - Disse o Senhor Presidente que o presente -
processo tem sua origem no Conjunto Agrotécnico Visconde da Gra-
ça, que encaminha solicitação do requerente para que seja prorro-
gada por mais seis meses sua licença de afastamento, para que pos-
sa concluir o curso de mestrado em Ciências Biológicas, área de
concentração Bioquímica, junto ao Departamento de Bioquímica do
Instituto de Biociência da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, pelos motivos apresentados pela sua orientadora. O Escritó-
rio de Coordenação da Pós-Graduação informou o solicitado pela
Senhora Pró-Reitora (fls.07) e em seu despacho a Comissão de Pes-
quisa e Pós-Graduação, diz que atendido o disposto nos artigos 4º
e 7º das Normas para afastamento de Docentes e, ainda, consideran-
do a aprovação por parte do CAVG, somos de parecer favorável à
prorrogação solicitada. Colocado em discussão o parecer exarado -
pela Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, foi o mesmo aprovado.
19. PROCESSO Nº 23110.004683/85-14 - INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E
POLÍTICA - Contratação de Professor - Disse o Senhor Presidente
que a Diretora do Instituto de Sociologia e Política encaminhou
ofício ao Magnífico Reitor onde solicita a contratação do Prof.
Luiz Carlos Lucas, como professor visitante, na classe de profes-
sor Assistente com regime de 40 horas e Dedicção Exclusiva, ten-
do em vista a aprovação do início das atividades do Curso de
Pós-Graduação em Ciência Política, no Instituto de Sociologia e
Política. Disse o Senhor Presidente que o processo está devidamen-
te bem instruído, comentando com os Conselheiros os documentos -
anexos ao processo, documentos estes comprobatórios dos cursos -
realizados pelo professor Luiz Carlos Lucas. Colocado em discus-
são, o processo foi amplamente debatido entre os Conselheiros, fi-
cando no final da discussão decidido pelo COCEPE, que em consonân-
cia com o art. 6º da Resolução 02/85, o COCEPE manifestou-se favo-
ravelmente pela contratação do Prof. Luiz Carlos Lucas como pro-
fessor visitante a nível de professor auxiliar à vista da qualifi-
cação e experiência do candidato. 20. PROCESSO Nº 23110.004329/85
- ROSA MARIA BEAL VARGAS - Cedência - Disse o Senhor Presiden-
te que a requerente encaminhou ofício ao Magnífico Reitor dizendo
que na qualidade de Engenheira Agrônoma, concursada e nomeada -
Professora Assistente, referência II do Departamento de Química -
Agrícola e Solos da Escola de Agronomia da Universidade Federal -
da Bahia, venho por intermédio desta solicitar de Vossa Magnifi-
cência a gentileza de examinar a possibilidade de interceder jun-
to ao Reitor da Universidade Federal da Bahia, Prof. Germano -
Babacoff, para que se promova minha movimentação daquela Universi-
dade, na forma de transferência ou cedência para a Universidade -
de Pelotas. A presente solicitação fundamenta-se no fato de, atu-
almente, estar fixando residência na cidade de Pelotas, em acom-
panhamento a meu marido, Prof. Danilo Dufech Castilhos, admitido
lotado no Departamento de Solos, da Faculdade de Agronomia Eli-
zabete Maciel, desta Universidade, após Concurso Público realizado -
em dezembro de 1984, do qual também participei, tendo sido aprova-
da em 2º lugar, conforme Edital 03/85, Seção I do Diário Ofi-
cial da União do dia 16.04.85, cópia em anexo. O atendimento des-
sa solicitação, por outro lado, viria a conciliar de maneira satis-

hnh

23
Jan

... processo, porque a requerente em seus planos de trabalho fala em
satisfazer interesses profissionais e familiares, pois sendo gaúcha,
deseja também prestar minha colaboração a essa comunidade contri-
buindo para as atividades de Ensino e Pesquisa desta Universida-
de, e, se possível junto ao Departamento de Solos da Faculdade de
Agronomia Eliseu Maciel, pois é nessa área que tenho concentrado
minhas atividades profissionais. Solicito, outrossim, o estudo -
desse pedido o mais breve possível, uma vez que atualmente, me en-
contro em período de licença para gestante, o qual encerrar-se-á
no dia 20 de setembro do ano em curso, quando então, deveria re-
tornar para a Bahia, reassumindo minhas atividades. O processo -
foi encaminhado a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel para que
fosse ouvido o Chefe do Departamento de Solos, para que o mesmo
informasse sobre o interesse. O relator do processo no Departamen-
to de Solos da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Prof. José
Francisco Patella, emitiu o seguinte parecer: Considerando a for-
mação, capacidade e curriculum vitae apresentado pela Profa. Rosa
Maria Beal Vargas, creio que seria um contrassenso dizer-se que
não haveria interesse por parte do Departamento de Solos. Ainda
mais sabendo-se que está em andamento o processo que cria uma
área de concentração em Solos a nível de Mestrado. Por outro la-
do, estamos cientes da situação desfavorável ao D.S. quanto a re-
lação Professor/carga horária. Mas, a este respeito, devemos -
arrescentar que, tratando-se de um caso especial de transferência
em cedência de Professor para a Universidade Federal de Pelotas,
esta situação não deveria pesar muito, pois trata-se de um "pre-
sente" e como tal não deve ser rejeitado, principalmente levando-
se em consideração o alto gabarito da Professora em questão. -
Arrescente-se ainda que não temos conhecimento, de caso semelhan-
te, que fosse rejeitado pela Universidade Federal de Pelotas, des-
de é claro, que tenha havido concordância da parte verdadeiramen-
te interessada, nesta oportunidade a Universidade Federal da
Bahia. Portanto, com fim de evitar futuro arrependimento por ter
perdido uma oportunidade como esta, em circunstâncias que raramen-
te surgem, somos de parecer favorável a seu aproveitamento, no
mínimo a nível de FAEM, e se maiores obstáculos não se apresenta-
rem, pelo próprio Departamento de Solos, o que seria o ideal. O
relato foi aprovado por unanimidade no Departamento de Solos. O
processo foi aprovado pelo Conselho Departamental da Faculdade de
Agronomia Eliseu Maciel. O Senhor Presidente colocou a matéria -
em discussão. Foi a mesma amplamente debatida entre os Conselheir-
os, e uma vez esgotada a discussão ficou deliberado que o proces-
so baixe em diligência à Procuradoria Jurídica para que esta emi-
ta parecer. 21. PROCESSO Nº 23110.003065/85-37 - PROFA. HELOISA
ALEIXO VASCONCELOS - Solicitação de 40 horas - Disse o Senhor Pre-
sidente que o processo supra tem sua origem no Conjunto Agrotécni-
co Visconde da Graça, em que a requerente solicita regime de 40
horas. Disse ainda o Senhor Presidente que o processo é ainda da
anterior administração do CAVG, onde o diretor da época enca-
minhou ofício ao Magnífico Reitor, solicitando a concessão do re-
gime de 40 horas semanais à Professora Heloisa Aleixo Vasconce-
los, para dar apoio didático no desenvolvimento dos projetos de
extensão realizados no Curso de Economia Doméstica deste conjun-
to Agrotécnico. O processo baixou a Pró-Reitoria Acadêmica e de
Assistência para emitir parecer, mas o Pró-Reitor Acadêmico e de
Assistência previamente solicitou parecer da Pró-Reitoria de

K

[Handwritten signature]

129
Edu

Extensão, porque a requerente em seus planos de trabalho fala em projetos de extensão realizados no Curso de Economia Doméstica do Conjunto Agrotécnico. A Pró-Reitoria de Extensão emitiu o seguinte parecer: Sem sombra de dúvida todo projeto de extensão merece o nosso apoio, principalmente em áreas de maior carência de pessoal, como é o caso da Biologia. Todavia, indispensável se torna deixar claro que as atividades propostas à fls.03 não integram a programação da Pró-Reitoria de Extensão. Disse ainda o Senhor Presidente que as atividades de folhas três se referiam ao Cronograma de Atividades no 1º e 2º semestre de 1985, citando aos Conselheiros os objetivos. Posteriormente o Pró-Reitor Acadêmico e de Assistência solicitou à Direção do CAVG a inclusão do Projeto de Extensão, no processo. O processo retornou com o projeto solicitado, explicando o Senhor Presidente o conteúdo do projeto. Disse o Senhor Presidente que o projeto retornou a Pró-Reitoria de Extensão. O Senhor Presidente solicitou que o Conselheiro Renato Luiz Mello Varoto, fizesse o relato do projeto. Conselheiro Varoto fez um amplo relato do processo. Seu parecer final é no sentido de que além das considerações da Assessoria de Apoio e Desenvolvimento da Pró-Reitoria de Extensão, que merecem ampla acolhida, creio seja necessário a aprovação pelo COCEPE do projeto, eis que determinação regimental. Todavia entendo não seja tal óbice impeditivo da pretensão da requerente. O Senhor Presidente disse que o processo retornou ao Conselheiro Paulo Domingos Mieres Cardoso, que enviou a Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, que após análise da relatora, aprovou por unanimidade o projeto, matéria em discussão foi amplamente debatida entre os Conselheiros. O Conselheiro Renato Luiz Mello Varoto propôs que o processo retorne a CPPD, por não ser o processo em pauta de competência do COCEPE. Colocado em votação a proposta apresentada foi a mesma aprovada.

22. FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - Portaria de designação da Profa. Nirce S. Medvedoski - O Senhor Presidente disse inicialmente que o Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, encaminhou ofício de nº 082/85, ao Magnífico Reitor, onde diz que: Considerando os termos do Artigo 9, Parágrafo 6 Letra "h" da Resolução nº 01/85 do Conselho Universitário; Considerando os termos da Portaria nº 012/85 do Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas; Solicito Portaria designando a Professora NIRCE SAFFER MEDVEDOSKI, Assessora de Extensão e Pesquisa do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, bem como as providências para desconto de duas (2) horas semanais do regime de trabalho. Disse ainda o Senhor Presidente que foi solicitado parecer da Procuradoria Jurídica sobre o pedido, tendo esta emitido o seguinte parecer: Requer o professor Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo a criação do cargo de Assessor de Extensão e Pesquisa do Curso, para o qual designa a professora em epígrafe. Entendo deva o COCEPE ser ouvido a respeito da conveniência ou não, para a Universidade, da criação do cargo em pauta, uma vez que se trata de matéria de sua competência. O Magnífico Reitor enviou o processo ao Presidente do COCEPE com a observação de que não se trata de criação de cargo, vedada pela legislação vigente, mas, sim, de atribuição de funções. Em face disto o Senhor Presidente do COCEPE, emitiu parecer a solicitação do Magnífico Reitor dizendo que analisando o

140
Jul

Ofício 082/85 da Coordenadoria da C.A.U., tendo em vista não se tratar de criação de um cargo e sim atribuição de função dentro da estruturação do Curso, creio, s.m.j., não caber Portaria da Reitoria e, sim, apenas, da Coordenação do Curso. Quanto ao último parágrafo do citado ofício, de acordo com a Resolução 01/79, todo docente justifica sua atividade de ensino, pesquisa e/ou extensão de acordo com os respectivos planos de trabalho, aprovados pelo Departamento, pelo Conselho Departamental e pelo COCEPE e pela Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD. O processo retornado a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo para que o Coordenador tomasse conhecimento, tendo este ratificado os termos do ofício 082/85. Colocado em discussão a solicitação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, foi a mesma discutida entre os Conselheiros, e por proposta do Conselheiro Élio Kersten, foi aprovado por unanimidade, o parecer exarado pelo Exmo. Senhor Vice-Reitor, a fls. da Ata. 23. NORMAS PARA REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS - Inicialmente o Senhor Presidente fez um relato aos Conselheiros sobre as Normas para o Processo de Revalidação de Diplomas e Certificados de Curso de Graduação na Universidade Federal de Pelotas, aprovadas na sessão anterior, e que vinha nesta sessão com as modificações sugeridas pela Procuradoria Jurídica, comentando com os Conselheiros as alterações propostas. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu a palavra a Conselheira Luisa Helena Falkenberg Rausch para que a mesma apresentasse aos Conselheiros, as Normas para o Processo de Revalidação e Registro de Títulos, Diplomas e Certificados de Pós-Graduação. Disse a Conselheira que traz também as alterações sugeridas pela Procuradoria Jurídica. A Conselheira fez um minucioso relato sobre as Normas apresentadas. Terminado o relato o Senhor Presidente colocou a matéria em discussão sendo a mesma alvo de debates entre os Conselheiros. Posteriormente o Senhor Presidente colocou as referidas Normas em votação sendo as mesmas aprovadas por unanimidade, ficando fazendo parte integrante desta ata e arquivadas na Secretaria dos Conselhos Superiores. 24. PROCESSO Nº 23110.005807/85-78 - PROFA. MARIA LUCIA DE SOUZA BARROS PUPO TAVARES - Progressão funcional - O Senhor Presidente solicitou que a Conselheira Luisa Helena Falkenberg Rausch fizesse o relato do processo. Disse a Conselheira que a requerente encaminhou ofício ao Presidente do COCEPE dizendo que enquanto professora assistente do Instituto de Letras e Artes da Universidade Federal de Pelotas, venho por meio deste solicitar à Vossa Senhoria o reconhecimento do doutoramento por mim recentemente obtido, para efeitos de progressão funcional nesta Universidade. Tendo em vista a realização deste doutorado, obtive uma bolsa de estudos concedido pela CAPES a partir do final do ano de 1981, o que tornou possível minha estadia na Université de Paris III, na França. Assim sendo, após anos de pesquisa, com a defesa de tese "le jeu, enjeux d'une formation. Théâtre et Éducation au Brésil", obtive em 18 de setembro próximo passado o título de doutor por aquela Universidade, segundo atesta a fotocópia em anexo. O Senhor Presidente do COCEPE encaminhou o processo à Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação para que esta emitisse parecer. Foi solicitado ao Chefe do ECP informação, e este informou o seguinte: O presente processo, de acordo com a Resolução nº 3, de 10.06.85, não está devidamente instruído. a) o documento base, diploma ou certificado não foi autenticado pela autoridade consu-



141
Dul

lar; b) faltam dados referentes à Instituição, duração e currículo do curso e histórico escolar. De outra parte, a UFPEL, face ao que determina a Resolução citada, por não possuir curso de doutorado, não é considerada competente para revalidar o diploma constante neste processo. Entretanto, para efeito de progressão funcional, o COCEPE, pela maioria de seus membros, tem condições de revalidar o diploma, dispensando, neste caso, apenas a tradução juramentada. Somos de parecer que o presente processo, após ciência da interessada, seja completado com os documentos legais, apenas para efeito de validação pelo COCEPE. A matéria foi colocada em discussão, amplamente debatida, ficando, após a discussão deliberado pelo retorno do presente processo a requerente, a fim de que sejam atendidas as exigências da Resolução 02/85 do COCEPE, cuja cópia anexamos. 25. PROCESSO Nº 23110.005808/85-29 - ANTONIO

LEANDRO SILVA PAULO - Registro de Diplomas - O Senhor Presidente solicitou que o Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso relatasse o processo. Disse o Conselheiro que o requerente encaminhou - ofício dirigido ao Magnífico Reitor, requerendo o registro de seu diploma de Médico, obtido na Universidade Nacional de Córdoba, República Argentina, como estudante de convênio cultural do Brasil com aquele país, anexando para tal documentos necessários para a comprovação do mesmo. Fez o relator um amplo relato do processo. Colocado em discussão o processo foi amplamente debatido entre os Conselheiros. Encerrada a discussão, o COCEPE determinou que fossem obedecidas as Normas contidas na Resolução 02/85, em seu artigo 3º. O Senhor Presidente disse que antes de entrar no último item previsto na Ordem do Dia, disse que trouxe ao Conselho os Calendários Escolares, no tocante aos pedidos de excepcionalidade, dentro do que foi estabelecido na sessão em que foi decidido o Calendário. Estes pedidos de excepcionalidades voltam agora, bem documentados, e obedecendo aquilo que foi decidido por este órgão. Os processos que chegaram são do Colegiado de Curso de Odontologia, Colegiado do Curso de Direito e do Colegiado de Curso de Medicina. Disse o Senhor Presidente que estes processos vieram obedecendo as recomendações fixadas por este órgão, aproveitando a semana acadêmica, caso da Odontologia, e aproveitando todos os dias letivos de modo a viabilizar a colação de grau em data anterior ao término do calendário geral por este órgão aprovado. Disse o Senhor Presidente que trouxe estes processos para conhecimento do COCEPE. O Senhor Presidente recebeu por parte do Diretório Central de Estudantes ofício onde o Diretório vem indicar as datas para a realização das semanas acadêmicas: Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel: 02 a 06/12; Nutrição: 25 a 29/11; Ciências Domésticas: 25 a 29/11; Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia: 25 a 29/11; Meteorologia: 25 a 29/11; Estudos Sociais: 02 a 06/12; Escola Superior de Educação Física: 23 a 30/11. Disse o Senhor Presidente que o Diretório Central de Estudantes em seu ofício, que alguns cursos devido a todas as circunstâncias relativas a este semestre letivo, optaram pela realização das semanas acadêmicas alternadas, como ciclos de palestras ou atividades similares, devido à impossibilidade técnica e financeira de programar uma nova semana acadêmica nestes cursos. O COCEPE homologou as datas propostas para as semanas acadêmicas dos Cursos listados no ofício de nº 02/85 do Diretório Central de Estudantes, salientando apenas serem os referidos períodos considerados "dias letivos" para fins



142
Jen

do calendário escolar. 26. VAGAS DOCENTES NA CARREIRA DO MAGISTÉ-
RIO - O Senhor Presidente disse que este item se refere a diver-
sos processos que se encontram na Presidencia deste órgão com re-
lação a abertura de concurso nas diferentes áreas e para os dife-
rentes departamentos da Universidade. Disse que seguramente não
teremos condições de atender todos os pedidos que chegam. Deve-se
adotar algum critério no sentido da distribuição destas vagas. -
Atualmente temos que definir que das vagas existentes, de titu-
lar, adjunto, assistente e de auxiliar, por consenso, em nível -
abriremos estes concursos, porque há possibilidade, segundo in-
formação do Escritório de Recursos Humanos, de que todas estas va-
gas sejam baixadas para o cargo inicial da carreira do magis-
tério. Disse ainda que das doze vagas existentes para professor -
titular, sete já foram definidas por este órgão, portanto, res-
ta ainda cinco vagas a serem definidas na sua distribuição. Dis-
se o Senhor Presidente que além destas doze (12) vagas de titu-
lar (sete já comprometidas) temos ainda treze (13) vagas na cate-
goria de professor adjunto, quatro (4) vagas na categoria de pro-
fessor assistente, e nove (9) vagas na categoria de professor au-
xiliar, sendo que destas na Faculdade de Direito tem duas (2) va-
gas já comprometidas por concurso em andamento, e na Faculdade de
Educação outras duas (2) já comprometidas por concurso também em
andamento. Portanto, se deixarmos de lado as vagas de professor -
titular, achando que as mesmas devem ser reservadas, e porque já
estão chegando pedidos de professores adjuntos que tem condições -
de passarem para professor titular por concurso, sua opinião pes-
sal é que estas cinco (5) vagas devem ser reservadas para estes
professores com condições de fazerem o concurso. As demais vagas,
treze (13) de professor adjunto, mais quatro (4) vagas de profes-
sor assistente e mais cinco (5) de professor auxiliar totalizando
vinte e duas (22) vagas, teremos que ter um critério para distri-
bui-las. Disse ainda o Senhor Presidente que sua proposta é de
reter as cinco (5) vagas para professor titular, e baixar todas
as demais vagas para o cargo inicial da carreira do magistério, -
em função de que as promoções funcionais para assistente e para
adjuntos são automáticas e independem de vaga. A seguir o Senhor
Presidente colocou o assunto em discussão. Foi o mesmo minuciosa-
mente discutido entre os Conselheiros, onde foram ouvidas diver-
sas manifestações sobre o assunto em pauta. O Conselheiro Rubens
Bellora propôs que o Presidente do COCEPE deveria dirigir ofício
a todos os Diretores de Unidades, com referência ao concurso para
professor titular, a fim de complementar os estudos que se reali-
zam no COCEPE, solicitando que o Conselho Departamental informe
se há interesse em realizar concurso para professor titular. A
resposta deverá vir fundamentada. Colocada em votação a proposta -
foi a mesma aprovada. O Senhor Presidente disse que no tocante -
aos professores auxiliares deverá haver uma definição por parte -
deste Conselho se todas as vagas deverão baixar para classe ini-
cial. A matéria foi novamente amplamente discutida, sendo final-
mente colocado em votação ficando aprovada que todas as vagas bai-
xariam para professor auxiliar. Foi aprovada também a proposta -
formulada pelo Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso no senti-
do de atribuir-se a Vice-Reitoria e a Pró-Reitoria Acadêmica e de
assistência de verificarem nos processos de criação de cursos mais
importantes se estavam previstas novas vagas de professor. O Senhor



143
J. 43

Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Rubens Bellora que disse que iria se referir ao processo do Colegiado do Curso de Odontologia, dizendo inicialmente que este processo retornou aquele Colegiado para que o mesmo fosse adequado as decisões tomadas por este órgão em sua última sessão. Fez o Conselheiro um relato sobre o processo, dizendo ainda que o Colegiado de Curso de Odontologia, computou todos os dias da semana, inclusive os domingos. Disse o Senhor Presidente que deverá se solicitar ao Colegiado de Curso de Odontologia o cronograma de atividades até o fim do período letivo. Disse o Conselheiro Rubens Bellora que o Calendário proposto à sua Unidade não esta adequado, pois a maioria dos formandos não seria atendida por este calendário proposto. Sobre o assunto o Conselheiro Rubens Bellora fez uma minuciosa explanação aos Conselheiros. Esgotada sua explanação, o COCEPE analisando a proposta do Colegiado de Curso de Direito, com relação ao Calendário Escolar Alternativo para os formandos do Curso de Direito desse 2º semestre de 1985, opinou pela não aprovação, em razão da informação de que a maioria dos possíveis concluintes do curso não seriam atendidos por este calendário, determinando que o presente processo retorne ao Colegiado para o reestudo da matéria. A seguir foi concedida a palavra ao Conselheiro Paulo Domingos Mieres Faruso que fez um relato aos Conselheiros sobre a realização do vestibular, os problemas que vem sendo enfrentados e finalmente apresentando as soluções possíveis para que o problema seja equacionado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, as doze horas e trinta minutos. Para constar, Sued Ferreira Rodrigues, Assistente dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata. Secretaria dos Conselhos Superiores, aos vinte e nove dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e cinco .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x

